

Moçambique

O poder à procura do tempo perdido

MIGUÉIS LOPES JÚNIOR

Na viragem da sua primeira década como país independente, resgatar o tempo perdido, colmatar no presente os erros do passado, é a estratégia de sobrevivência do poder na República Popular de Moçambique. Esforço que cilindra ideologias, cria insólitos e encerra muita da angústia «Proustiana»: o cenário de hoje é bem diferente (para pior) do de ontem, quando esses mesmos erros foram cometidos.

Anunciado em fins de Março por Louis Nell, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do «apartheid», o processo de devolução de propriedades nacionalizadas por Maputo a antigos proprietários portugueses residentes na África do Sul, já começou.

O muito bem informado «Christian Science Monitor» diz na sua última edição que estão em curso «negociações discretas» entre as autoridades moçambicanas e antigos «farmeros» que fugiram do país em 1974 e 1975 e se estabeleceram em território sul-africano.

A iniciativa culmina uma série de reformas económicas efectuadas nos últimos tempos em Moçambique: liberalização de preços para vários produtos; incentivo aos camponeses familiares; venda de empresas estatais a privados; apoio aos capitalistas nacionais; abertura a investimentos estrangeiros.

A Inversão de marcha

Em luta pela sobrevivência, as autoridades buscam saídas para muitos dos seus apertos, enquanto a situação militar se agrava de dia para dia; o país ainda não é nação e Maputo parte em busca do tempo perdido.

Sobre o abandono da agricultura de subsistência e priorização dos «grandes projectos» e monoculturas já muitas vezes tinham alertado em 1979, 80 e anos seguintes: as empresas estatais que nunca representaram mais de dez por cento da produção agrícola, recebiam noventa por cento dos investimentos; a agricultura familiar, com noventa por cento da produção agrícola, recebia menos de dez por cento dos investimentos. O titular da pasta da agricultura mudou várias vezes, as análises correctas fizeram-se entretanto, o 4.º Congresso da Frelimo em 84 promete tudo mudar. Na sala, delegados vindos do campo dizem que os camponeses se sentem traídos. Mas não há ainda como inverter a situação e ir junto de camponeses transformados em «bombo de festa» entre as partes em conflito armado? Crescentemente frustrados nas suas aspirações, os camponeses remetem-se cada vez mais e apenas à sua subsistência familiar nas poucas províncias onde as calamidades naturais não impedem até mesmo essa derradeira opção. Hoje, com quase metade dos treze milhões de habitantes ameaçados pela fome, com dois milhões e meio de pessoas em risco de vida, com uma nova Etiópia vista em Moçambique nos dados das Nações Unidas, o Partido Frelimo parece acordar de novo para a realidade. Mas... será que ainda haverá tempo, ou condições?

O mesmo se poderá perguntar para quase tudo que agora foi decidido. O mercado paralelo, há muito que se tornou mercado «único» em Moçambique. Com os produtos inexistentes nas lojas a serem vendidos por trezentas ou quatrocentas vezes o seu preço «oficial», com o câmbio real do dólar dois mil e quinhentos ou três mil por cento superior aos quarenta e poucos Metlicais da taxa oficial, há muitos anos que o controlo governamental dos preços e os próprios preços se tinham tornado meros «fantasmas».

O «pacote» de medidas agora anunciado surge pois arrastado pelos acontecimentos e não a dominá-los. Segundo algumas fontes, trata-se mesmo da receita imposta pelo Banco Mundial, que culminaria numa próxima desvalorização do Metical rondando os mil por cento... uma forma de tornar atractivos de novo as exportações moçambicanas, actualmente inferiores cinco vezes às de 1973.

Mas o «pivot» de toda a questão continua a ser — como o reconhecem desde potenciais investidores ao camponês anónimo,

passando pelas próprias autoridades — o conflito militar que dilacera o país e impede o clima propício à retoma da actividade económica. E aqui se poderá encontrar um dos motivos principais que levam Maputo a acenar aos portugueses radicados na África do Sul com a restituição de propriedades nacionalizadas.

Paradoxalmente entre eles encontram-se muitos dos que a 7 de Setembro de 1974 efectuaram a patética tentativa de golpe «à rodesiana» no Maputo. Com ligações aos «partidos» que pululavam como cogumelos na altura, a maioria desses colonos refugiou-se na África do Sul logo após o descalabro da aventura. E na África do Sul eles viriam a constituir importante núcleo de apoio e financiamento à Renamo. Está nestas condições por exemplo, Álvaro Récio, que ainda o ano passado em Junho teve contactos «discretos» em Maputo com o Presidente Samora Machel.

Secar as fontes de financiamento e debilitar os rebeldes é uma das acções a que mais afanosamente aliás se tem dedicado a diplomacia moçambicana nos últimos dois anos — de Lisboa a Brasília, de Lilongwé a Paris, Madrid ou Bona, inúmeras têm sido as diligências para estancar os velos que abastecem logisticamente a Renamo, depois da África do Sul teoricamente ter deserdado os homens de Evo Fernandes.

Só que... N'Komatí — também ele — surgiu tarde de mais. Uma das críticas mais comuns ao acordo, na altura em que foi firmado, era, nos círculos do poder em Maputo, que ele vinha com nove anos de atraso. Ou seja, em 1975, logo após a independência, na dinâmica e entusiasmo da vitória, um acordo táctico de não-agressão com Pretória impunha-se e seria um compromisso de posições semelhantes de parte a parte. Em 84, com o país «em cacós», três anos depois do «que venham!» foi como que dar todos os trunfos a Pretória. Porque de facto, os sul-africanos foram até Moçambique: N'Komatí foi instrumento tocado pela pauta «afrikander». Hoje os moçambicanos a Sul do rio Save continuam a servir de mercadoria humana para enriquecer os cofres do ouro do «apartheid». Hoje — suprema ironia — são «técnicos de segurança»; ou seja militares desfardados, da África do Sul quem guarda as linhas de energia da Barragem de Cahora Bassa, ao lado de tropas moçambicanas. Hoje, a Lhonro está em Moçambique e o seu director, em Pretória — Magnard de Villiers — declara em entrevista considerar Samora Machel um moderado e que a multinacional continuará a apoiar a Frelimo, «tal como vimos apoiando a UNITA em Angola nos últimos quinze anos».

O nó górdio da Frelimo

Feitas todas estas concessões, poder-se-ia perguntar, de que forma é que Maputo se propõe terminar com os «bandidos armados»? Nas cerimónias do décimo aniversário os generais mostram-se confiantes: «Num ano acabamos com eles.» À mesma hora, era atacada a fábrica «Lusalite», a dez quilómetros do Maputo e, claro, promessas de liquidação do inimigo em seis meses, ou um ano, já vêm sendo feitas desde 1979...

Em 82, depois de ter «limpo» a província de Gaza o vice-ministro da Defesa, Sebastião Mabote, dizia aos jornalistas, num rasgo de sinceridade que não chegou a ser publicado: «Cumprí a minha missão e pacifiquei toda esta região. Mas agora é preciso que o Governo venha cá dar comida a esta gente porque, se não, vai tudo voltar à mesma.»

Volvidos alguns meses, tudo tinha voltado «à mesma». Agora, no capítulo militar, Maputo prepara nova iniciativa. Será no centro de Moçambique, na outrora mundialmente conhecida reserva de caça da Gorongosa. Mas agora a caça será outra. O quartel-general dos rebeldes está lá, no cimo da serra com o mesmo nome, bem como, presumivelmente, o chefe militar dos rebeldes, Afonso Dhlakama. Maputo vai tentar — outra ironia — um «nó górdio» a jeitos de Kaulza de Arriaga contra os rebeldes.

Há nove anos, no mesmo local, foi a «Operação Leopardo». Trezentas bocas de artilharia arrasaram literalmente a serra, rebeldes e populações contíguas. Dhlakama escaparia graças ao auxílio de emergência de um helicóptero sul-africano. Entretanto a «criatura» Renamo autonomizou-se progressivamente do

seu «mestre» Pretória, a guerrilha recrudesciu apesar de N'Komatí, e lá está de novo instalada na serra, ante a incapacidade do exército. Nesta operação, haverá o apoio militar do Zimbabwe, Tanzânia e Etiópia, já que nenhum país ocidental se quis comprometer com o conflito. Um número ainda não conhecido de militares daqueles países africanos fornecerá protecção e barragem de artilharia, enquanto as FPLM se lançarão no assalto final.

Só que — como a Frelimo mostrou a Kaulza de Arriaga — não há ataques finais neste tipo de conflitos. Mais uma vez não é possível resgatar o tempo perdido. O «cancro» tem muitas metástases e continuará a desenvolver-se no debilitado tecido da sociedade moçambicana. Continuará a desenvolver-se em todos os outros problemas que, tal como o da Renamo, não têm solução militar, mas sim política.

Até quando?

Só a própria essência militar e militarista da Frelimo explica a recusa em aceitar esta evidência de que o poder em Maputo tem noção plena. Só ela explica o contra-senso de se fazerem todas as cedências ao regime do «apartheid», e nenhuma aos tais «bandidos armados» que, não constituindo alternativa (e essa afinal mais uma razão para se negociar) são tão moçambicanos como os que os combatem.

Em Outubro do ano passado, quando o acordo esteve à vista depois de diligências de Maquard de Villiers e Manuel Boullosa (que este último confirma em carta enviada à «Financial Mail») a pedido de Maputo, junto da Renamo, a Frelimo lá tão longe quanto o oferecer a integração dos militares rebeldes no exército moçambicano, alguns deles com patentes de oficial superior. Segundo fontes bem informadas, inclusivamente poderiam ser discutidos alguns cargos de administrador e mesmo de Governador provincial. Uma coisa porém o Poder não poderia consentir, pelo efeito de derrota que criaria na sua estrutura militarista: a partilha da governação ao mais alto nível.

Pela essência do poder, pelo poder pois, prosseguirá o conflito no seio de uma população desmotivada e literalmente vivendo «a olhar para a barriga».

Até quantos cadáveres mais? Até que — novamente — seja muito tarde para a procura de um tempo irremediavelmente perdido? ■

